

ATA NÚMERO 270/XII/3.^a SL

Aos 9 dias do mês de abril de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento; da Administração Pública; Adjunta e da Defesa Nacional; Adjunto do Ministro da Administração Interna; e da Saúde, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 211/XII/3.^a (GOV) – Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).
2. Apreciação e votação das atas n.os 266, 267, 268 e 269, referentes às reuniões de 1, 2, 3 e 4 de abril, respetivamente.
3. Votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.^a (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes
4. Distribuição, para elaboração de parecer, do Relatório do Governo: Portugal na União Europeia – 2013.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.
5. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 214/XII/3.^a (GOV) - Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
6. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de Decisão de Execução do Conselho que altera a Decisão de Execução 2011/344/UE relativa à concessão de assistência financeira da União a Portugal [COM(2014)185].
Relator: Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para a audição da Secretária de Estado do Tesouro sobre a situação dos contratos swap celebrados entre empresas públicas e o Banco Santander.
8. Distribuição de iniciativas europeias.
9. Outros assuntos.

-
1. **Audição dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento; da Administração Pública; Adjunta e da Defesa Nacional; Adjunto do Ministro da Administração Interna; e da Saúde, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 211/XII/3.ª (GOV) – Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).**

O Senhor Presidente deu as boas-vindas aos Senhores Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento; da Administração Pública; Adjunta e da Defesa Nacional; Adjunto do Ministro da Administração Interna; e da Saúde, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da conclusão – após a realização de um conjunto de audições e do processo de apreciação pública – dos trabalhos de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 211/XII/3.ª \(GOV\)](#), após o que deu a palavra ao Governo para uma intervenção inicial.

Usou da palavra o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, que manifestou a disponibilidade do Governo para esclarecimentos adicionais sobre o diploma em apreço.

No âmbito da primeira ronda, intervieram os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Artur Rego (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo os Senhores Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento; da Administração Pública; Adjunta e da Defesa Nacional; e Adjunto do Ministro da Administração Interna respondido, individualmente, às questões suscitadas.

Em sede de segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Catarina Marcelino e Isabel Moreira (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Artur Rego (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo os Senhores Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento;

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Adjunta e da Defesa Nacional; e da Saúde usado da palavra para responder, em conjunto, às diversas intervenções.

Por fim, no âmbito da terceira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo os Senhores Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento; da Administração Pública; e da Saúde efetuado alocações finais.

O Senhor Presidente agradeceu a presença do Governo e as informações prestadas, recordando o calendário subsequente de trabalhos com vista à discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação das atas n.os 266, 267, 268 e 269, referentes às reuniões de 1, 2, 3 e 4 de abril, respetivamente.

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado.

3. Votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.^a (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes.

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião da Comissão de 23 de abril.

4. Distribuição, para elaboração de parecer, do Relatório do Governo: Portugal na União Europeia – 2013.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) como autora do parecer da COFAP ao [Relatório do Governo: Portugal na União Europeia – 2013](#).

- 5. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 214/XII/3.ª (GOV) – Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD informou que indicaria posteriormente o(a) autor(a) do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 214/XII/3.ª \(GOV\)](#).

- 6. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de Decisão de Execução do Conselho que altera a Decisão de Execução 2011/344/UE relativa à concessão de assistência financeira da União a Portugal [COM(2014)185].**

Relator: Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS).

O Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) apresentou, em nome do Senhor Deputado João Galamba (PS), a quem a iniciativa fora redistribuída, o relatório sobre a [Proposta de Decisão de Execução do Conselho que altera a Decisão de Execução 2011/344/UE relativa à concessão de assistência financeira da União a Portugal](#). Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Jorge Paulo Oliveira (PSD), tendo o Senhor Deputado Paulo Sá informado que votaria contra não em função do conteúdo do relatório, mas dada a matéria política em apreço, no que foi secundado pelo Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE). O relatório foi, então, votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra de PCP e BE.

- 7. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para a audição da Secretária de Estado do Tesouro sobre a situação dos contratos swap celebrados entre empresas públicas e o Banco Santander.**

O Senhor Presidente começou por recordar o facto de estar agendada, para a semana seguinte, a audição da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, sobre a alienação das 85 obras de Joan Miró e sobre o tratamento dado pelos CTT à comercialização de instrumentos de dívida (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Mais).

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que apresentou o requerimento e o seu fundamento, recordando as informações recentemente divulgadas sobre esta matéria, em audição do IGCP na COFAP, e considerando haver necessidade de

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

esclarecimentos adicionais pelo Governo. Em sede de debate, começou por intervir o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD), que recordou a análise exaustiva destes contratos efetuada em sede da [Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público](#), sublinhando ainda o facto de se tratar de matéria com processo em curso em tribunal. De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que subscreveu a intervenção anterior, recordando ainda a informação adicional remetida pelo IGCP após a referida audição e o facto de a arguição de nulidade dos contratos implicar a não produção de efeito dos mesmos. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) contestou estas intervenções, sugerindo a consulta das atas da Comissão de Inquérito, que demonstrariam que esta questão não fora afluída. Interveio, ainda, o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) para acompanhar o teor do requerimento, considerando estarem em causa não só argumentos jurídicos mas também políticos, associados à existência de factos novos. O requerimento foi, de seguida, votado, tendo sido rejeitado com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP.

8. Distribuição de iniciativas europeias.

A Comissão distribuiu, para elaboração de relatório, a [Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais \(reformulação\)](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD); e a [Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação do Regulamento \(UE\) N° 472/2013, relativo ao reforço da supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros da área do euro afetados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira](#), tendo o Grupo Parlamentar do PCP indicado como relator o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

Sobre a iniciativa COM(2014)130, a deliberação foi adiada para a semana seguinte.

Os Senhores Deputados tomaram, ainda, conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

9. Outros assuntos.

Foi acordada a grelha de tempos para a audição da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, bem como a autonomização dos temas em discussão.

Adicionalmente, o Senhor Presidente deu conta do adiamento da audição prevista para 11 de abril.

Por fim, deu conta da entrada na Mesa da Comissão de um Requerimento do PS, tendo o Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) usado da palavra para o apresentar, após o que o Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) solicitou o adiamento da sua apreciação e votação.

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de abril de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Norte
Michael Seufert
Nuno Serra
Pedro Pimpão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sónia Fertuzinhos